

ÁFRICA E OS ODS: OBJETIVOS COM FUTURO?

DESENVOLVIMENTO - POLITICAS E REALIDADE

Políticas de investimentos agrícolas em Angola: projetos em concorrência e as tendências do século XXI

Garcia Neves Quitari

Eficiência técnica das instituições de microfinanças na região da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA)

Abdoulaye Aboubacari Mohamed, Felipe Miranda de Souza Almeida, Gabriel Teixeira Ervilha e João Eustáquio de Lima

Sino-Africa Relations and Implications for Neo-colonialism: a Case of China's Involvement in Ghana's Textiles and Mining Industries and its Implications in Achieving the Sustainable Development Goals in Ghana

Gideon Asante Yeboah, Kelvin Acheampong e Prince Henry Ebbey

A Agenda 2030 e a Economia Azul enquanto vetor para o desenvolvimento sustentável e diversificação económica em Angola

Damião Fernandes Capitão Ginga

Security and Sustainable Development in Africa: What Role for AFRICOM in the Continent

Mourad Aty

DESENVOLVIMENTO - SOCIEDADE E OPINIÃO

Traços da política de emigração na África Subsahariana. Fluxo ou refluxo da Agenda 2030?

Issau Agostinho

Centralidade de Quibaúla/Angola - Um olhar a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Educação Informal

Ana Pérez, Teresa Medina e Júlio Santos

Objetivo Desenvolvimento Sustentável 4, nas redes sociais. O que se pode concluir? Análise do Twitter de 2020 a 2022

Rui da Silva e Carla Delgado

ENTREVISTA

Mario Novelli

Entrevista conduzida por Rui da Silva e Miguel Silva

ÁFRICA EM DEBATE – PODERES E IDENTIDADES

Whither Diversion or Broadening the Bargaining Space: Why Africa Needs New Non-traditional Partners in Development Cooperation

Armstrong Mudzengerere

NOTAS DE LEITURA

Mark Bray. *Educação Sombra na África: Tutoria Privada e suas Implicações para as Políticas Públicas*

Rui da Silva

Eduardo Medeiros. *Rotas da moção. Sino-moçambicanos na época colonial (1885-1975) e suas diásporas pós-independência*

Augusto Nascimento

ÁFRICA E OS ODS: OBJETIVOS COM FUTURO?

Eduardo Medeiros. *Rotas da moção. Sio-moçambicanos na época colonial (1885-1975) e suas diásporas pós-independência.* Lisboa – fundação Oriente, 2022, 455 p.

Augusto Nascimento*

pp. 159-162

Acerca deste trabalho, elaborado “aos solavancos” durante quase dois decénios, começaria por dizer que, se todos os trabalhos “aos solavancos” tivessem resultados equiparáveis a este, teríamos de aconselhar que as investigações fossem feitas assim, “aos solavancos” e, não menos importante, com tempo.

Certamente, a expressão “aos solavancos” só poderá dizer respeito às contingências da vida, que não foram bastantes desviar o autor do seu propósito, materializado neste livro detalhado e meticoloso, notável pela abrangência e pela sistematicidade da abordagem da comunidade chinesa em Moçambique, acerca da qual ainda nos proporciona um repositório assaz relevante de material empírico para ulteriores investigações, que não poderão ignorar esta obra de referência.

Além do texto, vários anexos contêm dados de indubitável interesse acerca das andanças e da fixação de chineses e seus descendentes por outras paragens que não apenas Beira e Lourenço Marques, desde uma cronologia de datas pertinentes até um inventário de nomes de elementos das comunidades das duas cidades.

Com este trabalho acaba a invisibilidade da comunidade chinesa – também por isso a comunidade chinesa se distinguia de outros grupos – na historiografia sobre Moçambique. O desconhecimento fica agora, ao menos parcialmente, reparado.

O foco são os imigrantes chineses e seus descendentes – que, a propósito da sua trajetória, o autor divide entre comunidades sino-asiáticas, compostas chineses e seus descendentes, e afro-chineses, que englobam os descendentes da miscigenação com os negros –, com diferentes graus de pertença e de inclusão nos laços comunitários. Note-se, a ascendência chinesa nem sempre impediu que alguns indivíduos fossem relegados para a condição de indígenas. Caracterizadas económica, social e demograficamente, as comunidades chinesas são-nos também apresentadas pelos traços culturais que, aparentemente irreduzíveis, foram relevantes na sua trajetória em Moçambique. Registe-se, o autor ainda seguiu os rastros diaspóricos dos chineses (afro-chineses) após a independência de Moçambique.

Apesar da componente etnográfica, este livro não descarta a perspectiva histórica, mormente, o peso das mutações nos vários entornos dos chineses, desde logo, nas pantanosas periferias

* Centro de História da Universidade de Lisboa.

urbanas, das mudanças no colonialismo e das alterações na distante, mas presente, terra de origem. Em contrapartida, sem embargo do peso dos processos históricos, o autor vai avaliando a especificidade mais ou menos vinculativa dos traços culturais – desde as prescrições relativas a uniões conjugais às crenças religiosas – e, dessa perspectiva, as mutações no grupo, que, embora crescentemente diversificado, se foi afirmando como comunidade.

Este livro combina artes da antropologia e da história, sem despropositados laivos encomiásticos, abundantes nos estudos de causa, tão em moda quanto de alcance relativo. Embora tendo conhecido a subalternidade, os chineses não foram propriamente subalternos, como não foram heróis de epopeias. Este livro segue uma comunidade de homens comuns, culturalmente distintos num particular contexto de alteridades e sujeições como foi o de uma sociedade estruturada pela exploração colonial, de que eles foram “objeto e sujeito”.

Dir-se-ia que, aproveitando a exígia diversidade possível num contexto colonial criado de raiz, os imigrantes chineses e seus descendentes forjaram um lugar e percursos, com isso matizando preconceitos do colonialismo. Na expressão assaz feliz do autor, tratou-se de um multiculturalismo vivido sem a celebração dessa sociedade multicolor, multicolor, da qual muitos deles partiram para novos recomeços.

O livro debruça-se especialmente sobre as duas comunidades constituídas entre finais de oitocentos e 1975, seguindo mais de perto a da Beira do que a de Lourenço Marques. Começaram a chegar na segunda metade de oitocentos, estando presentes na expansão da Beira. Porém, para o autor, a época crucial da comunidade situa-se entre as Guerras. É a época de cimentação da fixação, através de variegados laços familiares, agregadores de descendentes diretos, parentes remotos e estranhos associados por “pactos de fraternidade, de subordinação clientelar e até por compra”. Foi igualmente o tempo da consolidação do património amealhado. O enraizamento fez-se acompanhar do incremento do associativismo, apesar de infundadas restrições da autoridade colonial. Nas décadas de 30 e 40, o retorno à China foi trocado pela adoção de Moçambique como terra prometida.

Tal decorria da diferenciação económica. Por não beneficiarem dos favores do poder colonial, essa diferenciação económica, em virtude da qual, em 1970 se listam mais de 200 estabelecimentos comerciais na cidade da Beira, é ainda mais notável. Essa ascensão começara muito antes, quando ela seria inimaginável.

Numa síntese muito simplista, os *coolies* – contratados, por vezes quase escravos – tornam-se carpinteiros nas edificações na cidade e dedicam-se à pesca e à agricultura, em especial, à horticultura. Neste domínio, vêm a ser empresários, empregando africanos. Mais relevante, de ocupações no comércio passam a comerciantes. No comércio para o indígena, são donos de casas de pasto – designadas de *pussa hamba* e *mata-fome* – e de cantinas (a enumeração das do bairro do Maquinino em 1947 impressiona e não é a única). Mas não ficam por aí, têm lojas com mais requinte para colonos e turistas, vendendo desde artesanato local a artigos decorativos importados do oriente.

Em 1922, dois dos automóveis existentes na cidade pertencem a chineses, ainda antes da criação do Automóvel Clube da Beira em 1928 e quando muitas ruas, talvez até a maioria, eram de areia... Em 1947, ter cantina, loja de hortaliças, comércio de lenha, camião e camioneta, além de empregar africanos, era algo de assinalável. Como o era o atelier de confeções com cem trabalhadores africanos, na maioria, costureiros, com que se fornecia uma loja na cidade e se organizavam mostras na Manga. Com empreendimentos destes integravam-se no movimento da instalação das indústrias na cidade nos anos 50 e 60.

Mas, se nos quisermos ater a indícios de sofisticação e de modernidade, era de um chinês a casa fotográfica mais antiga da Beira, a que se juntaram outras duas. Faziam publicidade dos seus empreendimentos nos jornais, o *Diário de Moçambique* e o *Notícias da Beira*, desejando Boas Festas, como era típico...

O processo de diferenciação social, iniciado, por assim dizer, nas zonas periféricas das urbes, não resultou num acantonamento. Diferentemente, e contra as intenções dos anos 40 de “zonificação” da cidade – um eufemismo para um *apartheid* –, marcaram presença nos variados espaços de expansão da cidade. As lojas para colonos e turistas estavam na zona de cimento.

Evidentemente, a diferenciação económica e social terá erodido as lealdades na comunidade, que cada vez menos impediriam decisões dos indivíduos sobre a vida própria, uma dinâmica de que o autor nos vai fornecendo exemplos, entre eles, os novos hábitos e relações sociais.

Mesmo se não podemos avaliar todas as implicações de “culturas mestiçadas”, os dados fornecidos neste texto levam-nos a pressupor a tensão entre, por um lado, a manutenção de tradições ancestrais e a correlata limitação dos contactos e, por outro, os ganhos de decisão pessoal, traduzidos, por exemplo, na participação nos concursos de beleza e na diversidade de consumos, indícios do que o autor caracteriza como desejo de muitos jovens descendentes de chineses de “se integrarem cada vez mais na sociedade dos colonos europeus” ou, talvez, no mundo, de que a sociedade colonial portuguesa era uma entrada. Pelos anos 60 e 70, as solidariedades horizontais ligadas a interesses modernos terão passado a pesar tanto ou mais do que a precedente “tradicional lealdade linhageira e familiar”.

Sobre o enraizamento na terra, se, por um lado, se observou a supracitada trajetória de diversificação social e a correlata perda de homogeneidade e da “textura cultural originárias”, assistiu-se, por outro, a um percurso associativo desde o “prolongamento de associações religiosas, familiares, culturais ou irmandades originárias” até à Associação dos Mestres Carpinteiros e às lojas maçónicas e, por fim, às agremiações de fins específicos mas de largo retorno, como os clubes desportivos.

Neste particular, os resultados foram notórios, a ponto de justificar uma troca de argumentos entre o *Notícias da Beira*, jornal do regime, e o *Diário de Moçambique*, jornal do notável bispo Sebastião, acerca da pertença à cidade das equipas chinesas. A propósito, perguntar-se-á: porque é que se depreciaria a prestação das atletas chinesas se certamente se prezou a presença do dragão chinês no desfile comemorativo do cinquentenário da cidade? Não será difícil aventar uma resposta.

Talvez importasse aprofundar a investigação em dois sentidos, primeiro, o das eventuais disputas de poder na comunidade, a que o autor alude, e, segundo, o das relações com as instâncias de poder colonial, por vezes tão cegas quanto inefetivas, pois tendo proibido a criação de um clube desportivo chinês por terem erroneamente considerado que já existia um, não lograram impedir a formação do clube proibido, sinal de que, por circunstâncias várias, a comunidade parecia algo indemne a medidas desarrazoadas das autoridades.

Estes seriam domínios que poderiam ser aprofundados com interesse, também para a caracterização da variedade de situações coloniais. Sobram, por exemplo, as seguintes questões: em que medida a trajetória dos chineses ilustra as possibilidades proporcionadas por uma sociedade colonial em formação e em mutação? Porque é que muitos deles não julgaram possível repetir o tirocínio no Moçambique independente?

Um momento instigante – a interpretar pela conjugação das noções de autoidentidade e de exo-identidade, de que foi resultando a mutante identidade dos sino-moçambicanos – respeita à apreciação, tecida numa conversa de café, por colonos acerca de quem era quem na terra. Os colonos, que, como nos previne o autor, eram incapazes de perceber a diferenciação social entre os chineses, tinham a certeza de que Moçambique não era deles, asiáticos, inferindo desta verdade um erro, o de que Moçambique era deles, colonos... O erro advinha de estarem sobranceiramente sentados em cima da sua condição privilegiada, mesmo quando eram menos abonados do que vieram a ser chineses e seus descendentes.

Nos finais do colonialismo, muitos chineses já seriam – ou, talvez, dir-se-iam – portugueses, enquanto outros se sentiriam ligados a uma “identidade moçambicana em formação”. Como

era previsível, chineses e colonos viram negada a sua identificação com a terra por africanos empolgados pela demanda de desforra racial aquando da emancipação de Moçambique.

A exaustiva recolha empírica acaba por atualizar uma lição: neste como noutros casos, será muito mais o que não se sabe do que o presume saber acerca das trajetórias sociais, mormente de mecanismos de ascensão e diversificação social.

Pela sobriedade analítica – trocada que foi a adesão pela prova dos factos – ficamos igualmente avisados contra a idealização do objeto de estudo, de personagens que, quantas vezes, se revelam distantes das atribuições de significado dos seus atos pelos estudiosos. Relembre-se, o autor mostra-se atento ao processo de perda de homogeneidade social e da “textura cultural originárias”, também por força da interação social e da mestiçagem, a que as próprias regras de casamento obrigavam e que, sobretudo a partir dos anos 50, a abertura da sociedade colonial facilitava.

Relativamente à sempre difícil questão da imputação de sentido à ação de grupos, nos quais, até por empatia, amiúde projetamos a nossa (imaginada) intencionalidade, importaria considerar que, constituindo-se as trajetórias e as ações de contingências e de experiências adaptativas, seria prudente o uso do termo “expediente” em vez do de “estratégia” para caracterizar o comum das experiências do grosso das pessoas, mormente de grupos em bolandas, mesmo daqueles que aparentemente se tornaram sujeitos da sua história.

Estamos perante um livro que nos recorda o que hoje, por via de algum maniqueísmo militante que se insinua na produção literária e científica, se tende a esquecer: uma vez ressalvado que a diversidade de trajetórias no seio da (com cautelas, denominada) comunidade não anula a insuportável opressão colonial, ainda assim merece registo a diversidade possível num contexto colonial, onde, repito-me, preconceitos colonialistas foram matizados por um multiculturalismo vivido sem celebração de uma particular sociedade multicolor, onde imigrantes chineses e seus descendentes forjaram um lugar e percursos, tornando-se “objeto e sujeito” da exploração colonial. Escorado num imenso levantamento documental, este livro reaviva uma sensação já experimentada pelos menos avisados: a da incapacidade de adivinhar o quão efervescente era a vida no tempo colonial com base na inferência da pobreza observável nos tempos mais recentes. E, no respeitante ao autor, a autenticidade do seu cometimento intelectual evidencia-se na confissão da surpresa face à afirmação e valorização do esquecimento de tempos progressos pelos chineses que os viveram.

Por fim, a par de uma proposta de periodização pertinente para a trajetória da comunidade chinesa, o livro oferece-nos uma interessante exposição das transformações urbanísticas na Beira – no cimento e nos subúrbios – e, sobretudo, sociais, transformações de que também os chineses foram agentes, de alguma forma infirmando uma visão monolítica do colonialismo. Esta exposição minuciosa recorda a cidade a quem a conheceu, embora se revele desafiante para a imaginação de quem nunca a pisou... de alguma forma, por a cidade ser, a espaços, descrita como se o autor andasse a passear nela.

Decerto se ganharia em procurar respostas. Por exemplo, para a seguinte questão: terá o arquiteto Francisco de Castro tido em conta a necessidade ou a conveniência de não erguer um edifício de linhas angulosas para não perturbar a harmonia do Clube Chinês de acordo com os ditames do Feng Shui? Ou, no desenho do curvilíneo hotel Embaixador só se ateu à inovação do seu traço e à experimentação desdenhosa do seródio cânone nacional, ajudando a tornar a Beira, como outras cidades coloniais, num caso notável de novidades arquitetónicas que se suporiam impossíveis num regime ditatorial e constrangedor? E, neste caso, o que terão dito ou que poderiam dizer os chineses perante o paradigma do progresso erigido naquela situação colonial?

Se, sem desconsiderar a necessária frieza analítica, conviermos em que a produção de saber e de conhecimento não é uma atividade sem alma, então, este livro “feito aos solavancos” durante decénios, é, a um tempo, uma homenagem à Beira e a todos os beirenses, chineses incluídos, e uma dádiva para todos.